

## **CNDH recomenda ao presidente e ao Congresso criação de política nacional de superação da pobreza menstrual**

O plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou, no último dia 11, recomendação ao presidente da República e ao Congresso para a criação de uma política nacional para superação da pobreza menstrual.

A pobreza menstrual afeta milhares de meninas e mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social no Brasil, como presidiárias e mulheres em situação de rua, por exemplo, e se caracteriza pela falta de acesso a produtos higiênicos adequados durante o período menstrual. Em 2014, no Dia Internacional de Luta das Mulheres, a Organização das Nações Unidas - ONU reconheceu que o direito das mulheres à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos.

No ato aprovado, o CNDH recomenda aos chefes dos poderes Executivo e Legislativo a criação de uma política nacional de superação da pobreza menstrual, para garantir que itens como absorventes femininos, tampões íntimos e coletores estejam disponíveis para todas as mulheres e meninas, privilegiando itens que tenham menor impacto ambiental.

A Recomendação nº 21, de 11 de dezembro de 2020, apreciada pelo colegiado durante a 14ª Reunião Extraordinária, recomenda, ainda, a aprovação do Projeto de Lei n.º 4.968/19, que propõe fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas e do Projeto de Lei 3.085/19, que prevê isenção de imposto para os absorventes femininos.